



INFORME SOCIOECONÔMICO N° 57

Segurança Alimentar cresce no Piauí em 2023 e 2024

Segurança Alimentar cresce no Piauí em 2023 e 2024

O Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET), da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), apresenta este informe sobre a evolução da Segurança Alimentar (SA) e da Insegurança Alimentar (IA) no Estado em 2023 e 2024. A análise tem como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), módulo Segurança Alimentar, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo desagregação por situação do domicílio.

Em 2023 e 2024, a proporção de domicílios em Segurança Alimentar passou de 58,1% para 60,7%, enquanto a Insegurança Alimentar total recuou de 41,9% para 39,3%, considerando suas graduações leve, moderada e grave. Esses resultados indicam uma melhora recente nas condições de acesso a alimentos no Estado, sugerindo avanços em políticas públicas, programas de transferência de renda, elevação da renda domiciliar e demais dinâmicas socioeconômicas que influenciam diretamente o direito à alimentação adequada. Apesar disso, o Piauí ainda apresenta indicadores inferiores às médias nacional e regional, o que reforça a necessidade de continuidade e aprofundamento das ações de combate à fome.

Este documento organiza as informações em formato sintético e analítico, com destaque para os gráficos e as figuras que ilustram a posição do Piauí em relação ao Nordeste e ao Brasil, bem como a distribuição dos diferentes níveis de Insegurança Alimentar segundo o perfil dos domicílios.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) define a Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o atendimento de outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, culturalmente adequadas e ambientalmente sustentáveis. Trata-se de um conceito multidimensional, que envolve disponibilidade, acesso físico e econômico, estabilidade desse acesso ao longo do tempo e uso biológico dos alimentos, orientando políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, à mitigação da pobreza e à melhoria das condições de vida.

No plano operacional, a situação dos domicílios é mensurada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento que capta a experiência das famílias frente à falta de alimentos e as classifica em quatro categorias: Segurança Alimentar, quando todos os moradores têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente; Insegurança Alimentar Leve, marcada pela preocupação ou incerteza quanto ao acesso futuro aos alimentos e pela piora da qualidade da alimentação; Insegurança Alimentar Moderada, caracterizada pela redução da quantidade de alimentos consumidos por adultos, com diminuição do número ou do

tamanho das refeições; e Insegurança Alimentar Grave, situação em que há redução qualitativa e quantitativa de alimentos entre adultos e crianças, podendo ocorrer episódios de fome.

Na PNAD Contínua, módulo Segurança Alimentar, essas informações permitem estimar a proporção de domicílios e moradores em cada situação, o que viabiliza o monitoramento da fome e da insegurança alimentar em níveis nacional, regional e estadual, além de subsidiar o planejamento de políticas públicas. O Piauí, historicamente marcado por vulnerabilidades socioeconômicas, é um dos estados em que o acompanhamento sistemático desses indicadores se torna especialmente estratégico para orientar ações de proteção social, assistência, saúde e desenvolvimento territorial, bem como para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Nesse contexto, o informe tem como objetivo apresentar e analisar, de forma sintética e tecnicamente fundamentada, a evolução da Segurança Alimentar e da Insegurança Alimentar no Piauí em 2023 e 2024, com base nos dados da PNAD Contínua – módulo Segurança Alimentar. Busca-se avaliar a variação da proporção de domicílios em Segurança Alimentar, examinar a trajetória da Insegurança Alimentar total e de seus níveis leve, moderado e grave, comparar a posição do Estado em relação ao Nordeste, ao Brasil e às demais Unidades da Federação e contribuir para o monitoramento territorializado das condições alimentares. Ao organizar a análise em torno dos eixos de Segurança e Insegurança Alimentar e de suas graduações de severidade, o documento oferece elementos para a identificação dos grupos mais vulneráveis e para o planejamento estratégico de políticas e programas de combate à fome e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Piauí.

Metodologia e fontes de dados

A análise apresentada neste informe baseia-se nos dados do módulo de Segurança Alimentar da PNAD Contínua, referentes ao 4º trimestre de 2023 e de 2024, produzidos pelo IBGE. Trata-se de uma pesquisa amostral de abrangência nacional, cujo desenho amostral complexo é acompanhado de pesos, fatores de expansão e procedimentos estatísticos que asseguram representatividade para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e recortes domiciliares específicos.

A mensuração da Segurança e da Insegurança Alimentar segue a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento psicométrico validado nacionalmente e amplamente utilizado em estudos populacionais. A EBIA é composta por um conjunto de perguntas dirigidas aos moradores dos domicílios particulares permanentes e investiga a

experiência vivida nos últimos três meses, captando desde a preocupação com a possibilidade de faltar alimento até situações de redução de consumo e da privação alimentar grave.

As respostas afirmativas são somadas e, a partir dessa pontuação, os domicílios são classificados em quatro categorias: Segurança Alimentar; Insegurança Alimentar Leve; Insegurança Alimentar Moderada; e Insegurança Alimentar Grave. Os pontos de corte variam conforme a presença ou não de moradores menores de 18 anos no domicílio, conforme sistematizado no Quadro 1. As informações utilizadas neste informe já incorporam os ajustes estatísticos realizados pelo IBGE. A equipe técnica do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET/SEPLAN) organizou, sistematizou e analisou esses dados de forma descritiva, com o objetivo de oferecer um panorama claro, atualizado e tecnicamente fundamentado sobre a situação da Segurança Alimentar no Piauí.

A escala brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

A EBIA mede diretamente a dificuldade de acesso aos alimentos, incorporando dimensões econômicas, psicológicas e sociais da experiência de insegurança alimentar. Em sua versão completa, a escala contém 14 perguntas (ou 8 na versão curta), e a progressão da insegurança alimentar tende a se manifestar primeiro entre os adultos, que passam a reduzir porções ou pular refeições, alcançando as crianças apenas em situações mais graves de privação.

A seguir, apresenta-se a classificação dos domicílios segundo a EBIA, com os respectivos intervalos de pontuação para domicílios com e sem moradores menores de 18 anos.

Quadro 1 — Classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Pontuação total	Classificação	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos	Conceito principal
0	Segurança Alimentar (SA)	0	0	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.
Baixa pontuação	Insegurança Alimentar Leve (IAL)	1 a 5	1 a 3	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso futuro e/ou piora na qualidade dos alimentos consumidos.
Média pontuação	Insegurança Alimentar Moderada (IAM)	6 a 9	4 a 5	Redução qualitativa e quantitativa de alimentos entre adultos, com ajuste em número e tamanho das refeições.
Alta pontuação	Insegurança Alimentar Grave (IAG)	10 a 14	6 a 8	Redução severa da alimentação entre adultos e crianças, podendo haver episódios de fome.

Fonte: IBGE (2020). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Evolução da Segurança Alimentar no Piauí (2023-2024)

Com base na metodologia descrita, os resultados da PNAD Contínua indicam um avanço da Segurança Alimentar no Piauí entre 2023 e 2024. A proporção de domicílios em situação de Segurança Alimentar passou de 58,1% para 60,7%, o que representa um incremento de 2,6 pontos percentuais no período. Em termos de pessoas, em 2024, 58,5% dos moradores do Estado viviam em domicílios classificados como seguros do ponto de vista alimentar, evidenciando melhoria na qualidade e na quantidade de alimentos disponíveis às famílias.

Essa trajetória se insere em um contexto mais amplo de recuperação das condições alimentares no país. No Nordeste, a proporção de domicílios em Segurança Alimentar cresceu de 61,1% para 65,2% (alta de 4,1 p.p.), enquanto, no Brasil, o indicador avançou de 72,4% para 75,8% (elevação de 3,4 p.p.). Embora o Piauí ainda se mantenha abaixo das médias regional e nacional, os dados mostram que o estado acompanha a tendência de melhora observada no país, ampliando o acesso regular e adequado a alimentos em parte significativa dos domicílios, em um contexto associado à combinação de políticas públicas, programas de transferência de renda, elevação da renda domiciliar e mudanças nas dinâmicas socioeconômicas que incidem diretamente sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada.

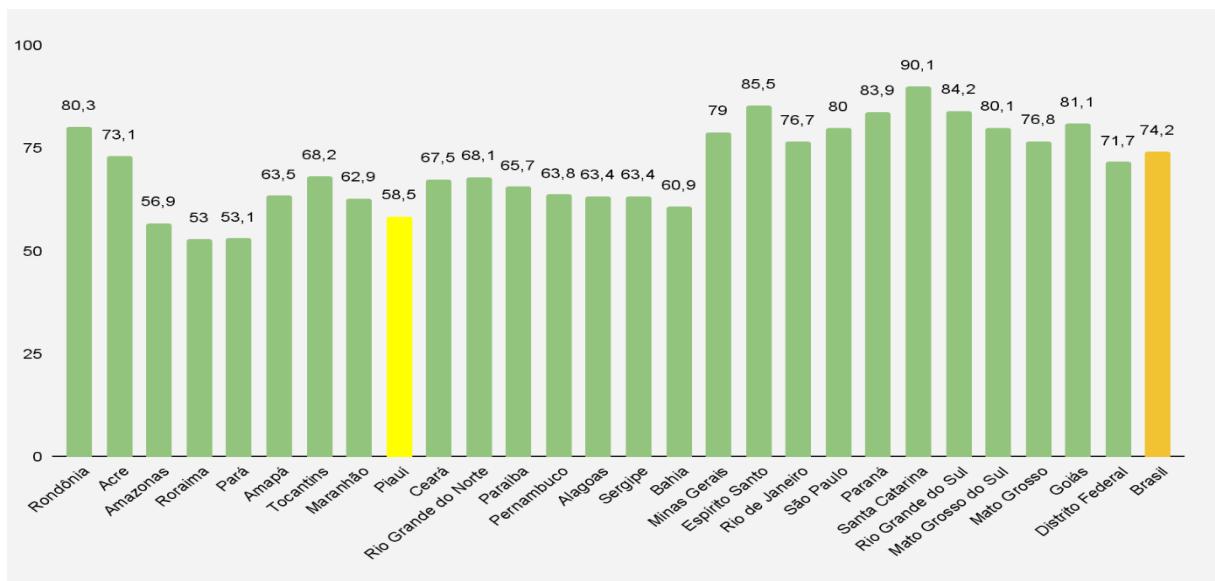
Tabela 1 — Distribuição dos Domicílios em Segurança Alimentar (2023-2024)

Localidade	Segurança Alimentar 2023 (%)	Segurança Alimentar 2024 (%)	Variação (p.p.)
Brasil	72,4	75,8	+3,4
Nordeste	61,1	65,2	+4,1
Piauí	58,1	60,7	+2,6

Fonte: IBGE. PNAD Contínua - 4º trimestre. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 1 sintetiza esse avanço, comparando a evolução da Segurança Alimentar no Brasil, no Nordeste e no Piauí entre 2023 e 2024. Do ponto de vista da população residente, os dados da PNAD Contínua mostram que 74,2% dos moradores do Brasil vivem em domicílios em situação de Segurança Alimentar; no Nordeste, essa proporção é de 65,2%, enquanto, no Piauí, 58,5% dos moradores se encontram nessa condição. Esses valores confirmam o avanço recente no Estado, mas, também, evidenciam a permanência de desafios relevantes em comparação às médias regional e nacional, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 — Percentual de Moradores em Domicílios Particulares Permanentes em Situação de Segurança Alimentar, por Unidade da Federação (%) (2024)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua - 4º trimestre. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A evolução da Segurança Alimentar nos estados nordestinos evidencia que o Piauí elevou a participação de domicílios em Segurança Alimentar para 60,7% em 2024, resultado superior ao observado em 2023, ainda que abaixo dos patamares alcançados por outras unidades da região.

No recorte regional, todos os estados do Nordeste registram aumento da proporção de domicílios em situação de Segurança Alimentar entre 2023 e 2024, sinalizando um movimento de recuperação após os impactos econômicos e sociais recentes. O Piauí se insere nesse contexto, com melhora consistente de seus indicadores.

Insegurança alimentar: níveis leve, moderado e grave

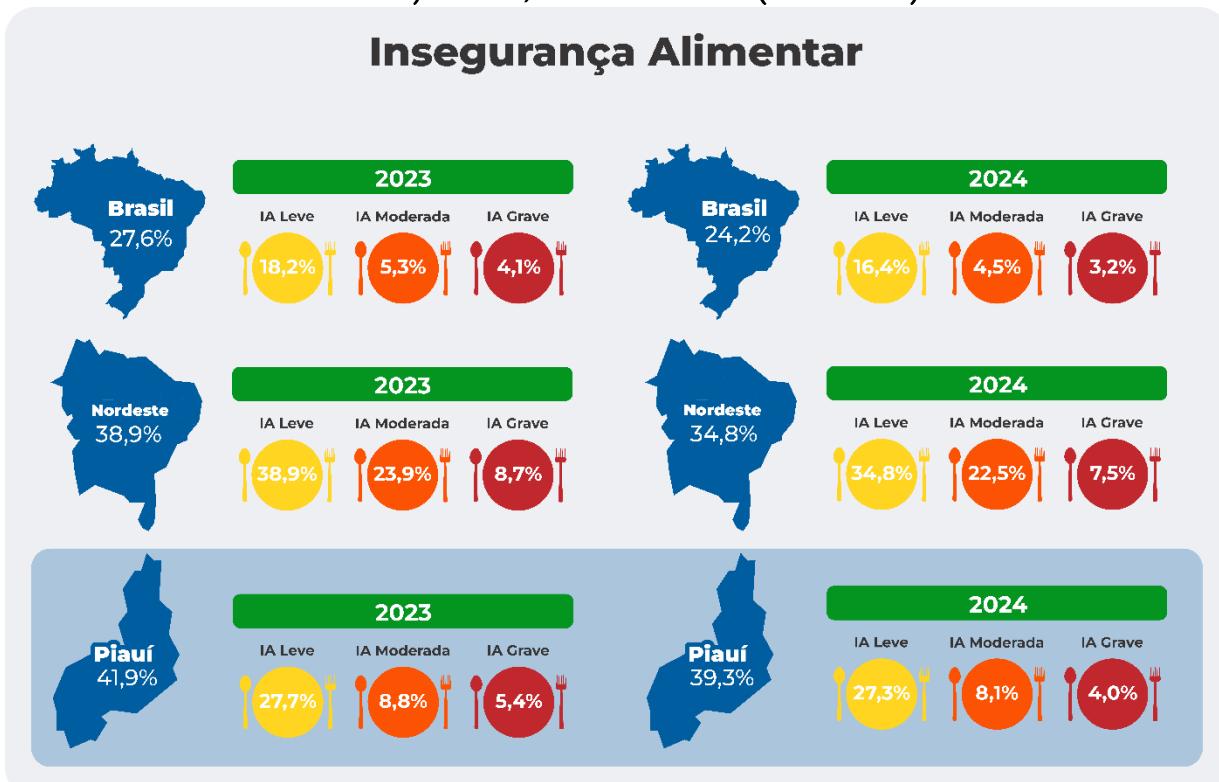
A melhora da Segurança Alimentar no Piauí está diretamente associada à redução da Insegurança Alimentar total e de seus níveis mais severos, especialmente os moderados e graves, que expressam situações mais intensas de privação alimentar. No Estado, a proporção de domicílios em insegurança alimentar (soma de leve, moderada e grave) recuou de 41,9%, em 2023, para 39,3% em 2024, uma queda de 2,6 pontos percentuais. Desagregando por nível de severidade, observa-se redução em todas as categorias: a Insegurança Alimentar Leve passou de 27,7% para 27,3%; a Moderada, de 8,8% para 8,1%; e a Grave, de 5,4% para 4,0%, indicando mitigação das formas mais agudas de privação alimentar.

Esse movimento também é observado em escalas geográficas mais amplas. No Nordeste, a Insegurança Alimentar total caiu de 38,9% para 34,8%, com redução nos três níveis: leve (de 23,9% para 22,5%), moderado (de 8,7% para 7,5%) e grave (de 6,3% para 4,8%). No Brasil, a proporção de

domicílios em Insegurança Alimentar diminuiu de 27,6% para 24,2%, igualmente com queda nos níveis leve (de 18,2% para 16,4%), moderado (de 5,3% para 4,5%) e grave (de 4,1% para 3,2%).

Conforme sistematizado na Figura 1, a redução da Insegurança Alimentar, no Piauí, em 2023 e 2024, verifica-se em todos os níveis de severidade, reforçando a interpretação de que o aumento da Segurança Alimentar no Estado está acompanhado de um alívio progressivo das situações de privação, sobretudo naquelas classificadas como moderada e grave.

Figura 1 — Percentual de Domicílios em Situação de Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave) – Brasil, Nordeste e Piauí (2023- 2024)

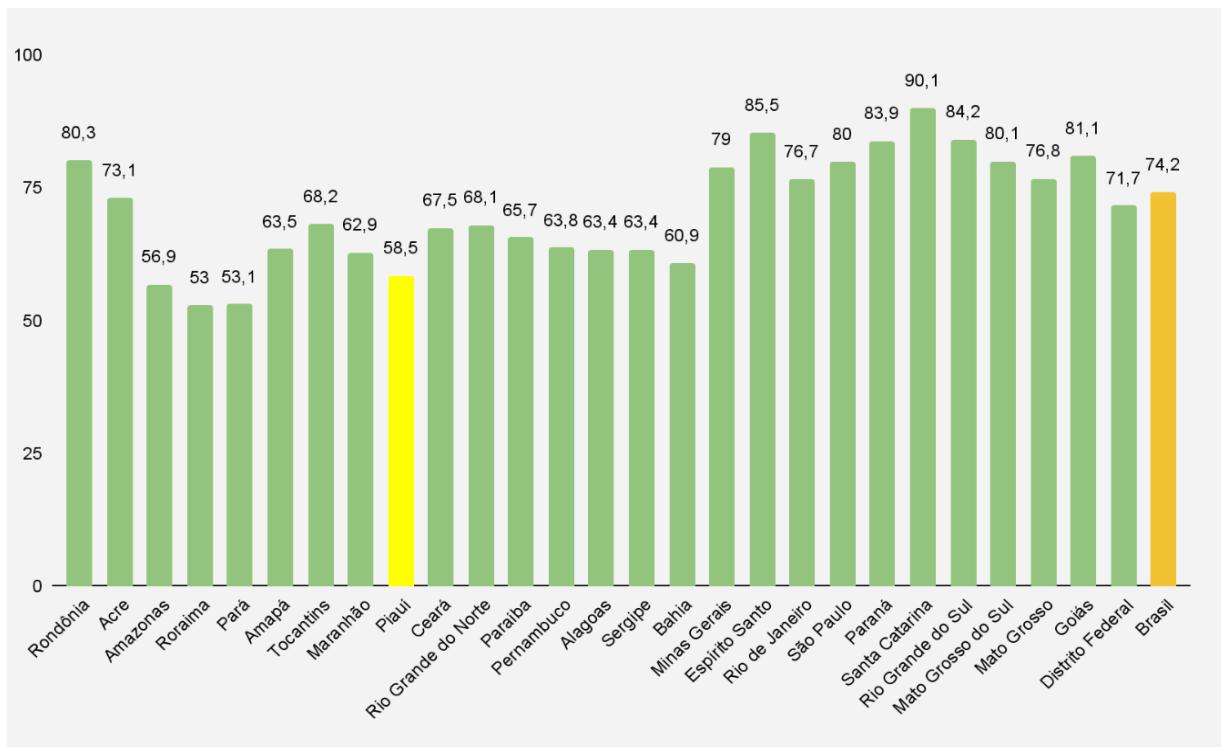


Fonte: IBGE. PNAD Contínua - 4º trimestre. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A redução mais expressiva no Piauí ocorreu na Insegurança Alimentar Grave (IAG), que passou de 5,4% para 4,0% entre 2023 e 2024, uma queda de 1,4 ponto porcentual. A Insegurança Alimentar Moderada também recuou, de 8,8% para 8,1% no mesmo período, reforçando a tendência de mitigação das formas mais severas de privação alimentar no Estado.

Quando o foco recai sobre os moradores em Insegurança Alimentar Moderada ou Grave, o Piauí registra, em 2024, 11,4% da população nessa condição, proporção inferior à média do Nordeste. Esse resultado indica um avanço relativo do estado no enfrentamento das situações mais agudas de insegurança alimentar, ainda que o desafio permaneça significativo do ponto de vista social e territorial.

Gráfico 2 — Percentual de Moradores em Domicílios Particulares Permanentes em Situação de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave, por Unidade da Federação (%) (2024)



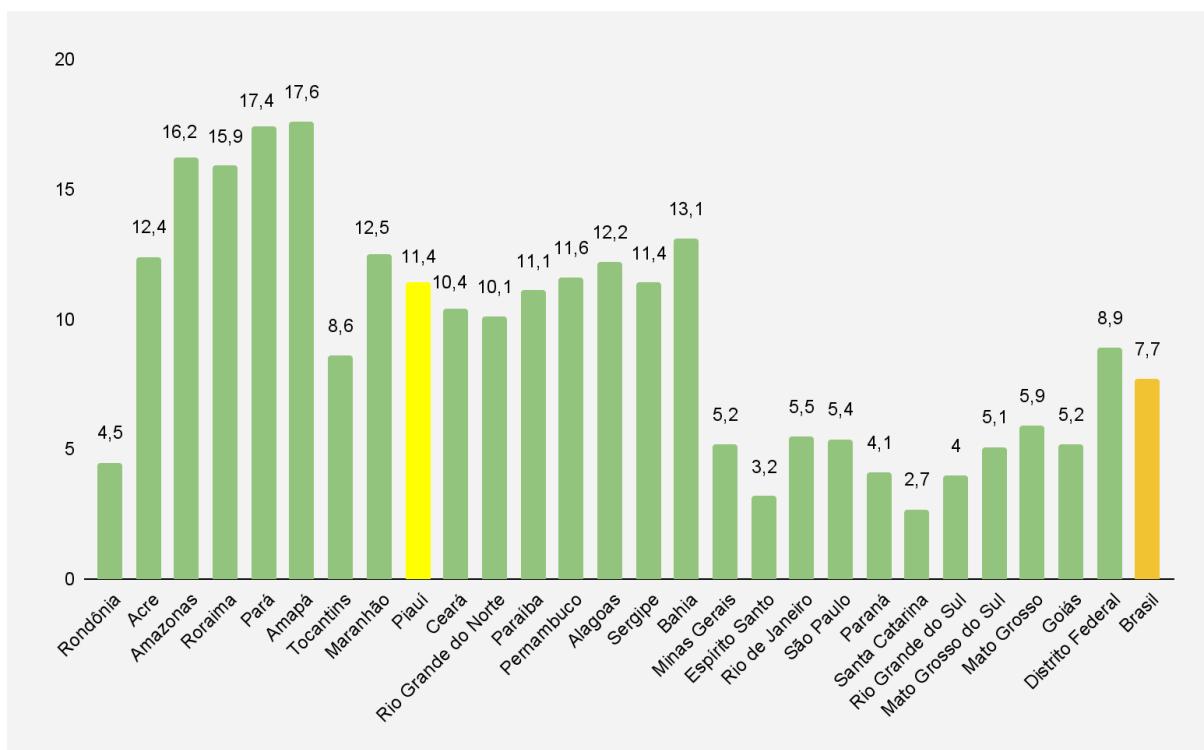
Fonte: IBGE. PNAD Contínua - 4º trimestre. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 2, destaca o Piauí em comparação aos demais estados e mostra que, embora ainda registre patamar elevado de Insegurança Alimentar moderada e grave, sua situação é menos crítica do que a de parte dos vizinhos nordestinos. A redução desses níveis é particularmente relevante do ponto de vista das políticas públicas, pois eles concentram os domicílios em maior vulnerabilidade, nos quais a falta de alimentos pode comprometer o desenvolvimento infantil, a saúde dos adultos e a capacidade produtiva das famílias.

Análise da vulnerabilidade mais severa (ia moderada e grave)

O acompanhamento dos níveis moderado e grave de Insegurança Alimentar é fundamental, pois eles representam as formas mais críticas de privação de alimentos. Em 2024, a proporção de moradores em domicílios nessa condição no Piauí diminuiu para 11,4%, indicando uma tendência positiva no alívio das situações mais severas de vulnerabilidade. Esse resultado coloca o Estado em posição relativamente mais favorável em relação à média nordestina para essa métrica de severidade, evidenciando avanços no acesso à alimentação e na melhoria das condições de vida das famílias.

Gráfico 3 — Comparação da Insegurança Alimentar Moderada ou Grave (2024)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua - 4º trimestre. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 3 apresenta o percentual de moradores em Insegurança Alimentar Moderada ou Grave nas 27 Unidades da Federação e destaca o Piauí com 11,4% em 2024, valor inferior à média do Nordeste. Esse desempenho reforça a importância das políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis, uma vez que a redução desses níveis contribui diretamente para a proteção do desenvolvimento infantil, da saúde dos adultos e da capacidade produtiva dos domicílios.

Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua 2023-2024 mostram avanços importantes na Segurança Alimentar no Piauí, com aumento da proporção de domicílios em situação de Segurança Alimentar, de 58,1% para 60,7%, e redução da Insegurança Alimentar total, de 41,9% para 39,3%, com queda mais intensa nos níveis moderado e grave, incluindo a Insegurança Alimentar Grave, que recua de 5,4% para 4,0%. Esses resultados refletem melhorias no acesso da população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente e indicam efeitos positivos de políticas públicas, programas de transferência de renda e ações de proteção social voltados à redução da pobreza e à melhoria das condições de vida, contribuindo para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Apesar dos avanços, o Estado ainda se encontra abaixo das médias do Nordeste e do Brasil, e a Insegurança Alimentar Leve permanece elevada, sinalizando instabilidade no acesso regular a

alimentos e vulnerabilidade persistente entre famílias de baixa renda, domicílios com crianças e áreas rurais. O aumento do percentual de domicílios em situação de Segurança Alimentar no Piauí reflete avanços em políticas públicas e programas sociais voltados à redução da pobreza e à melhoria das condições de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segurança alimentar 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Governo do Estado do Piauí
Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)
Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)
Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (DAPP)
Liége de Souza Moura

Diretoria de Economia Aplicada e Estatística (DEAE)
Diarlison Lucas Silva da Costa

Diretoria de Planejamento e Inteligência Territorial (DPIT)
Bruna de Freitas Iwata

Equipe de Elaboração
Antonio Alberto Ibiapina Costa Filho (Estatístico)
Caio Aragão Gonçalves (Estagiário)
Glauco Filipe Silva Sampaio (Estagiário)
Pedro Henrique Soares da Silva (Cientista Social)

Setor de Publicações
Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização
Adriana Melo Lima

Capa e diagramação
Marcos Matheus Pereira Barbosa

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Informe Socioeconômico - Segurança alimentar cresce no Piauí em 2023 e 2024 [recurso eletrônico] / CIET/SEPLAN – Teresina: CIET/SEPLAN, 2025.
11 p. v.5 n. 57
Mensal

O nome anterior da editora era Superintendência CEPRO, sendo atualizado para CIET a partir de julho de 2025

1. Segurança alimentar.
2. Políticas públicas – Piauí.
3. PNAD.
4. Combate à fome.

CDU 338:612.391(812.2)

Contato

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial - CIET/SEPLAN
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul CEP: 64001-490 – Teresina – PI
Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal 21/22
Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacoes/